

Sumário

- 1 Introdução, 1**
 - 1.1 Delimitação conceitual e noções gerais de interceptação telefônica à luz da Lei nº 9.296/1996, 1
 - 1.2 Natureza jurídica da decisão que concede ou não a interceptação telefônica e recurso cabível, 4
 - 1.3 Direito intertemporal e aplicação imediata, 6
- 2 Diversos Aspectos do art. 1º da Lei nº 9.296/1996, 9**
 - 2.1 Princípio da legalidade e ilicitude das provas, 9
 - 2.2 Os requisitos para a interceptação telefônica – art. 2º da Lei nº 9.296/1996, 25
 - 2.3 Sobre a constitucionalidade do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.296/1996, 33
 - 2.4 Princípio da razoabilidade e proporcionalidade, 36
 - 2.4.1 A importância da teoria da proporcionalidade no direito brasileiro. Aferição da ilicitude. Posicionamento jurisprudencial, 42
- 3 Autoridades Competentes, 45**
 - 3.1 Autoridade judicial e Comissão Parlamentar de Inquérito, 45
- 4 Interceptação Telefônica; Comunicação Telefônica; Interceptação Ambiental; Gravações Telefônicas, 55**

- 4.1 Escuta telefônica: conceitos básicos e fundamentais da lei, 60
 - 4.2 Do prazo da escuta e sua indefinida prorrogação, 62
 - 4.3 Obrigatoriedade da transcrição e gravação das escutas telefônicas, 63
 - 4.4 Escutas telefônicas – visão atual, 64
- 5 **A Preservação do Sigilo – art. 5º, XII, da Constituição Federal, 67**
- 5.1 Sigilo da correspondência e o sigilo da encomenda. Apreensão de cartas abertas. Violação da correspondência do preso. Violação do *e-mail*, 71
- 6 **O Dano Moral e o Conflito entre a Liberdade de Expressão e os Direitos da Personalidade, 75**
- 7 **Os Crimes Previstos no art. 10 da Lei nº 9.296/1996, 79**
- 7.1 Interceptar comunicação telefônica, de informática ou telemática, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei, 79
 - 7.2 Quebrar segredo de justiça, sem autorização judicial ou com os objetivos não autorizados em lei, 80
- 8 **A Intercepção Telefônica na Visão do Supremo Tribunal Federal, 83**
- Anexo – Análise do 1º Fórum Nacional dos Juizes Federais Criminais – Brasília/DF – Maio de 2009, 85
- Projeto de Lei nº 3.272/2008 e Exposição de Motivos nº 37, 89
- Bibliografia, 99